

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 24 dias do mês de janeiro de 2022, às 18 horas e 10 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André e do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 12/01/2022;
- 2) Ratificação semestral quanto a autorização das movimentações financeiras de caráter operacional (última deliberação ocorrida em 23/08/2021);
- 3) Ratificação anual sobre a aprovação da cota de custeio para despesas diversas e de pequena monta (última deliberação ocorrida em 08/02/2021);
- 4) Ratificação sobre a prorrogação do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, móvel e internet, com vencimento no dia 20/01/2022, de acordo com os documentos encaminhados previamente, bem como com a análise e discussão ocorridas antecipadamente no grupo de comunicação virtual (WhatsApp), mantido pelo Conselho;
- 5) Apresentação sobre as perspectivas de rentabilidade de títulos públicos, ante a viabilidade de aquisição a partir de marco econômico que supere ou iguale a meta atuarial (mínimo de IPCA + 5,50%), com proposta de deliberação na própria reunião para aprovação de nova aquisição, em conformidade com o já discutido, deliberado e aprovado nas reuniões ordinárias de 21/06, 08/09, 18/10 e 03/11/2021 e de acordo com os materiais e Ata do Comitê de Investimentos, encaminhados previamente;
- 6) Assuntos diversos

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião. Justifica que a conselheira Eliete estará ausente por estar de atestado médico.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 12/01/2022 - Sandra diz que a ata foi enviada anteriormente para leitura dos conselheiros e ações que julgassem necessárias. Coloca o item em deliberação e é aprovado com unanimidade.

Item 02. Ratificação semestral quanto a autorização das movimentações financeiras de caráter operacional (última deliberação ocorrida em 23/08/2021) – Sandra diz que semestralmente é feita essa deliberação, o André traz essa apresentação para ratificação para que os conselheiros possam ir atualizando as informações e os valores. Passar a palavra ao André, diz que para evitar confusão e evitar apontamentos por conta do Tribunal de Contas, adotaram o sistema de aprovação daquelas movimentações do dia a dia da Autarquia, de forma que nossos recursos sejam administrados sem perder, pelo menos, uma rentabilidade. Diz que já conversaram, o Fábio bem lembrou o que é uma conta de zeragem, ou seja, são recursos recebidos cotidianamente que caem na conta e ficam disponibilizados para que sejam pagas as despesas do dia a dia da Autarquia. Hoje, diz que nós temos despesas da ordem de R\$ 10 mi por mês, havendo uma variação dependendo do montante da folha. Para que os valores não fiquem parados nas nossas contas sem nenhuma rentabilidade até que sejam efetuadas as despesas, é feita uma aplicação e essa aplicação no momento em que se executa a despesa ela gera um resgate. Diz que são essas movimentações que geram aqueles documentos que são publicados em nosso portal, que são as APR's - Autorizações de Aplicações e Resgates. Diz que essa aprovação semestral que fazem é para balizar esse tipo de movimentação para que não engesse a gestão administrativa e financeira do Instituto e também não faça com que o conselho tenha que se reunir para fazer uma aprovação prévia a cada aplicação e a cada resgate de um montante destinado a operacionalização dos trabalhos da Autarquia. Acontece semestralmente e, nesse caso, é algo que primam, poderiam fazer isso anualmente, mas acha um prazo muito extenso. Acha que semestralmente é um prazo adequado para que tragam a informação, ratifique que o conselho tem conhecimento. Lembra que todas essas operações são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal que, inclusive, está no Instituto numa reunião paralela fazendo avaliação das nossas contas. Diz que há todo esse cuidado, primando pela transparência e para que a gente nem perca rentabilidade nem engessem a gestão e, muito menos, cause a necessidade de fazer uma reunião extraordinária por dia com os conselhos, visto que essas operações são cotidianas, do dia a dia. Coloca-se à disposição para alguma dúvida. Sandra coloca em deliberação e é aprovada com unanimidade pelos conselheiros.

Item 03. Ratificação anual sobre a aprovação da cota de custeio para despesas diversas e de pequena monta (última deliberação ocorrida em 08/02/2021) – Sandra passa a palavra ao André para as considerações, André diz que essa é mais uma daquelas movimentações que primam por trazer transparência. Diz que, desde 2019, adotam trazer para o conselho a autorização para que façam aquelas despesas do dia a dia sem que tenha uma aprovação prévia do conselho, que é como se fosse as despesas com adiantamento que a Prefeitura usa no seu dia a dia. Diz que até o ano passado, em 2021, tínhamos um marco de R\$ 8.000,00 mensal para utilizar para aquisição de bens de consumo e prestações de serviços para a Autarquia. No ano de 2021 foi aumentado para R\$ 10.000,00 e lembra que nesse período houve também a majoração dos limites lá na lei de licitações, que tende a mudar até 2023, para R\$ 17.600,00 para dispensa de licitação, mesmo assim, naquele

momento, entendeu que era um valor alto para tratarem com dispensa, então fixaram em R\$ 10.000,00 mensais esse limite de despesas. Diz que, embora seja uma prerrogativa da direção executiva, disciplinado isso na lei 18/2001, continuam com aquela perspectiva de dar transparência aos atos dando mais transparência, inclusive, para quem assiste. Diz que a solicitação é que se mantenha a cota no valor de R\$ 10.000,00, não há necessidade de aumentar isso e, até como referência, durante o ano de 2021, usando tanto para o material de consumo quanto para a prestação de serviço, foram gastos algo em torno de R\$ 60.000,00, ou seja, nunca foi utilizado esse valor máximo e há um controle mensal a esse respeito. Faz a solicitação para que se mantenha para o exercício o mesmo patamar aprovado no início de 2021, ou seja, uma cota mensal máxima de R\$ 10.000,00 por mês e que acumulada no ano não poderá ultrapassar como despesa sem justificativa trazida e tratada com o conselho, o máximo de R\$ 120.000,00, tendo como parâmetro que durante o exercício de 2021 temos a metade desse valor. Diz ser importante que esses números estejam sacramentados tanto nas reuniões gravadas como nas atas do conselho para servir como parâmetro para eventualmente quem os substitua. Sandra pergunta se em algum dos itens 2 e 3 estão abarcadas as despesas com a antecipação do 13º dos servidores, inativos e pensionistas. André diz que o item 2. Diz que ele é tratado um pouco a parte porque, para antecipação do 13º, como foi tratado na reunião passada, possuem a questão do fluxo de caixa positivo com o percentual máximo a ser aplicado, mas essa despesa entra nessa questão das movimentações financeiras de caráter operacional. Por unanimidade, a cota de custeio no valor máximo de R\$ 10.000,00 está aprovada pelo conselho.

Item 04. Ratificação sobre a prorrogação do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, móvel e internet, com vencimento no dia 20/01/2022, de acordo com os documentos encaminhados previamente, bem como com a análise e discussão ocorridas antecipadamente no grupo de comunicação virtual (WhatsApp), mantido pelo Conselho – Sandra diz que foi enviado previamente as cotações com os valores para análise, conhecimento e para recordar porque, afinal de contas, já faz um tempo do contrato. A palavra é passada ao André, diz que como fazem em todos os contratos, discutem previamente, encaminham, mas ele sempre gosta de fixar, pelo menos, os valores envolvidos. Diz que mandou o material previamente, as explicações, inclusive, com comparativos de gastos de outros Institutos de Previdência de porte parecido com o do Instituto. Sabe o quanto é, às vezes, traumático, complicado e demorado fazer uma negociação. Então, às vezes, acabam definindo em cima da hora, os contratos demoram para chegar, mas só para ratificação dos valores, embora empenhem aquela previsão máxima anual, o valor máximo a ser contratado, nesse caso da prorrogação está sendo empenhado algo em torno de R\$ 22.000,00 como previsão máxima e será pago por utilização, por consumo. Diz que foram gastos, no exercício de 2021, com os 3 serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e serviço de internet, algo em torno de R\$ 5.900,00. Estima que, aplicando um índice de 10%, que é o IPCA acumulado do mês de dezembro, devem ser gastos algo em torno de R\$ 7.000,00 durante o exercício de 2022. Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado com unanimidade.

Item 05. Apresentação sobre as perspectivas de rentabilidade de títulos públicos, ante a viabilidade de aquisição a partir de marco econômico que supere ou iguale a meta atuarial (mínimo de IPCA + 5,50%), com proposta de deliberação na própria reunião para aprovação de nova aquisição, em conformidade com o já discutido, deliberado e aprovado nas reuniões ordinárias de 21/06, 08/09, 18/10 e 03/11/2021 e de acordo com os materiais e Ata do Comitê de Investimentos, encaminhados previamente – Sandra passa a palavra ao Douglas, inicia falando do risco fiscal. Diz que tem toda uma pressão da questão de aumento, se só haverá para os servidores militares, policiais e demais

servidores estão entrando em greve. Às vezes arrefece, às vezes, volta a esquentar novamente. A última notícia que teve é que vai ficar para março, foi aprovado R\$ 1.7 bi e não se sabe se vai ser distribuído. Diz que houve corte de orçamento na saúde e educação, o mercado às vezes fala que isso é bom, que isso é ruim, alguns entendem que é bom porque cortou custos e vai manter o teto, mas a que custo será mantido o teto. Diz que em ano eleitoral ficam bastante voláteis as decisões. Com relação à crise hídrica e energética é mesma coisa, tem caído de 3 a 4 vezes a energia, principalmente de madrugada que é o horário de menos uso, não sabe se é estratégico, não tem mais informações sobre isso. Diz que, para piorar um pouco, saiu que o plano 2050 na semana passada, o Ministério de Minas Energia está querendo construir mais 10 energias térmicas nucleares no Brasil, em vez de utilizar a eólica, utilizar energias mais limpas que a gente tem espaço para isso, tem estratégia para isso, seria mais economicamente viável para o Brasil, parece que estamos dando mais um passo atrás. Diz que as chuvas não conseguem trazer esse todo impacto principalmente, falando de energia como um todo. Ucrânia, não se sabe que parte é, ali, uma briga; na época dos anos 1990 quando caiu no soviético não ia ter a participação da OTAN, parece que quer entrar agora nessa área e em que parte, também, que é apenas os negócios dos Estados Unidos, são os maiores comercializadores de gás natural. Diz que tudo isso tende a fazer uma busca, uma competição com o preço de gás e petróleo, isso provavelmente afetará. Alguns grandes bancos preveem o barril, no final de 2022 para 2023, entre 100 e 120 USD, atualmente está girando entre 86 e 88 USD. O câmbio hoje está em R\$ 5,51, bastante estranho, às vezes, casas de análise justificam esse movimento, mas, às vezes, acontece o mesmo movimento e não surte efeito. Diz estar uma disputa tanto Internacional em relação Rússia, Ucrânia e Estados Unidos, com aumento da taxa dos Estados Unidos, ou é muito efeito ou está um pouco difícil de fazer a leitura. Diz haver momentos que está vindo o dólar no Brasil mesmo não tendo parâmetros econômicos razoáveis para que se receba. Traz o boletim Focus que reuniu dados até sexta-feira, dia 21 de janeiro. Diz que estão esperando que a Selic feche 2022 com 11,75%, volte em 2023 a 8% e volte a estabilizar na casa dos 7% para 2024, 2025. O PIB caiu para 0,29%, ou seja, a gente está quase zerando o crescimento em 2022 isso já considerando até final do ano. 2023 1%, 1,7% e já “mingou” 2024. Lembra que o boletim Focus do ano passado, no início de janeiro, estava prevendo uma inflação de 4, 5%, não teria sido visto os 10%. Diz que dá um norte, são 130, 140 casas de análises de macroeconomia e cenários que enviam informação do Banco Central ele apenas divulga. O Banco Central utilizados e seguido a métrica do Focus e, até agora, não mostrou nenhum comportamento de ser contrário. Não que essa fonte seja fidedigna, mas ela ajuda a orientar o que se espera do Banco é Central. Ilustra como foi o IPCA no ano passado, o acúmulo é de 10,06%. IBOVESPA caiu para 107.000, está com volatilidade alta. Abriu o ano com 104.000. Diz que, em tese, para a gente, é uma boa. Estávamos bem posicionados em ações, é um respiro. Diz que sempre foi volátil, mas está mostrando uma volatilidade absurda. O dólar começa o ano em R\$ 5,60, atinge o pico de R\$ 5,70, já caiu para R\$ 5,40 e fechou a R\$ 5,51 na data de hoje. Diz que vão trabalhar com a alocação, a gente faz ALM, com data base de dezembro de 2021, a ALM foi feita com o processo estocástico, não está usando mais aquela fronteira eficiente de markowitz porque ela trabalha só na ótica do ativo, não faz o melhor casado com o passivo. Diz que ‘que viram de método mais avançado. Diz que solicitaram, também, que carteira no exterior, como já foi conversado em reuniões anteriores, não havia interesse e por isso que está zerado. Existia, inicialmente, um pequeno de indicação, mas está zerado. O restante são os ilíquidos e por isso que nenhuma movimentação é sugerida. É sugerido um pouco de fundo de ações, algo em torno de R\$ 10 mi, mas entendem que está bem alocado, preferem esperar essa recuperação primeiro para depois conseguirem justificar mais. Diz que o principal é nos títulos, que é onde conseguem ter a base pra comprarem os títulos. O estudo gerado pela ALM sugere que a gente venda os títulos de



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, initials '86', 'PHS', 'FD', and 'e'.

2022, 2023 e 2024 que temos em carteira e, em 2030, compremos tudo. Como as taxas de rentabilidade desses títulos são bastante atrativas, o ganho que a gente vai ter vendendo agora não cobre a rentabilidade a gente vai ter no período. O importante é analisarmos que podemos alocar cerca de R\$ 500 milhões com vencimento até 2030. Então o comitê sugere a manutenção até o vencimento e compra; sair de renda fixa e comprar em títulos. Douglas diz que essa é a movimentação que estarão sugerindo. A nossa carteira já está razoavelmente equilibrada, conforme análise de rentabilidade, considerando a volatilidade dos ativos e o que tende a otimizar ela na ótica da meta atuarial. Diz que entendem ser melhor a gente esperar esses vencimentos acontecerem, a rentabilidade quando contratado é bem superior, a gente não consegue vender antecipado e ganhar, com o tempo que a gente deixa de vender, estão tudo protegido da inflação, que é o IPCA, que pra gente é excelente, não é um recurso de renda fixa-prefixada, não tem nenhum título de taxa fixa mais na carteira e, de maneira que só vão tentar mexer na quantidade que comprarão. Lembra que de suma importância do relatório é que pode se comprar, no máximo, até 2030. Diz que isso é importante porque, às vezes, se ele comprar em 2050 e consiga vender antes, mas ele vendendo antes já entra com a oscilação de mercado. Pode até, de repente, antecipar uma venda e gerar prejuízo para o Instituto e não rentabilidade. Se o interesse é ficar até o vencimento, até o ano 2030, no valor de R\$ 307 mi, pode ser realizado, totalizando cerca de R\$ 500 mi. Diz que ao invés de vendermos isso para gerar liquidez, vão sugerir até R\$ 200 mi. Lembra que em 1 ano e meio já entra todo esse recurso para o caixa do Instituto, que são os títulos que vencem até 2024. Já entram no caixa do Instituto e a gente só já faz a renovação desses R\$ 200 mi para o ano de 2030. Quando forem vencendo em títulos, a gente coloca em renda fixa, faz um novo estudo pra ver o perfil da nossa carteira. Diz que os títulos rentabilizaram cerca de 3,5% só com a variação de preço de mercado nos últimos 3 meses e a posição hoje é de R\$ 300 mi arredondando. Douglas lembra que a meta atuarial do Instituto é de 4,90% com uma *duration* de 19 anos, a partir dessa é possível cumprir com a meta atuarial, pelo menos, a arte de renda fixa da carteira. Diz que o comitê espera que seja razoável, uma sugestão que fazem é que seja aprovada a compra de até R\$ 200 mi em títulos públicos puro, NTN-B, que é o que paga cupom semestralmente, o cupom ajuda também na liquidez do Instituto. Diz que o comitê sugere que a fonte dos recursos seja 50% do Gestão Estratégica e 50% do Alocação Previdenciário. Diz que são os 2 piores em desempenho, diminuiriam recursos nesses 2 fundos. Eventualmente, conforme a quantidade a ser comprada, diz que a gente pode ser que use a totalidade do Gestão Estratégica, mas depois seria reposto pelo BB Alocação Previdenciário na quantia que exceder 50% do Caixa Gestão Estratégica, isso pelo fato do primeiro ser D+0 enquanto segundo fundo sugerido ser D+3. Diz que também queriam sugerir, como os títulos públicos são tudo no sistema Selic, tem observado conversando com outros RPPS, até mesmo com corretoras, e gostariam de sugerir que além das grandes casas, dos grandes bancos, incluir a XP Investimentos que tem apresentado preços bastante competitivos. Lembra que a liquidação é do Banco do Brasil e se, por ventura, acabarem mantendo o melhor preço, mas acredita que vão ajudar muito para melhorar o preço para o Instituto, ou seja, trazendo taxas mais agressivas. Lembra que toda a operação é feita pelo custodiante e não passa nada pela XP. Coloca-se a disposição para dúvidas. A palavra é passada à Sirlene, pergunta se os valores em vermelho, no quadro ALM, significa que esses valores foram resgatados e foi feita uma aplicação conforme ele comentou em reuniões passadas. Douglas diz que não, a sugestão apresentada é que podemos já vender todos os títulos que temos até 2024 e comprar tudo em 2030. Diz que o comitê sugere que, como o que temos em carteira tem rentabilidade bastante interessante, estão no IPCA, foram comprados em boas taxas, deixar até o vencimento e a gente compra um pouco a mais, aí quando entrar esse recurso, coloca-se tudo em renda fixa, em DI para fazer frente a liquidez, diz estar tranquilo com relação ao valor, e para fazer frente ao pagamento de benefícios. Diz que já

compram esses R\$ 200 mi, até R\$ 200 mi caso autorizado, até 2030 que aí a gente vai estar certinho com a ALM. Diz que pela precificação que o comitê fez, não é negócio para o Instituto vender agora porque a rentabilidade que a gente vai ter no período de supera um eventual ganho da gente vender antecipado o título. Então a gente mantém eles e compra só R\$ 200 mi em vez de chegar a R\$ 300 mi ou R\$ 400 mi. Daí, quando entrar, daqui 2 anos e meio no máximo, esses valores a gente vê a estratégia que vai estar melhor no mercado nessa época. Diz que, pelo menos, a gente vai chegar nos R\$ 300 mi carregando até 2030, pelo menos garantindo meta atuarial, IPCA + 5 e pouquinho que vier a ser autorizado, já dá tranquilidade para a gente. Lembra que tem os fundos de vértices que agora voltam abrir taxa de juros. Diz que, para gente, como já discutido em outra reunião, compensa mais comprar o título direto que não paga a taxa de administração, por isso que nem trouxeram essa ideia de fundos de vértices, não tem necessidade se vão carregar até o vencimento. Sandra pergunta o porquê existe essa sugestão se a rentabilidade de permanência é maior. Douglas diz ser porque é olhado para o processo matemático, não é considerada a taxa que está rendendo título. Serem só formas de olhar diferente, mas a indicação básica do ALM é: compre títulos 2030 até fechando a carteira entre R\$ 400 mi e R\$ 500 mi. Diz que como esse recurso em 1 ano e meio e 2 anos começa a entrar, já faz um “colchão” de liquidez, aí, conforme a estratégia a gente vai aumentando ou diminuindo. Diz ser é necessário ter o ALM para qualquer eventual questionamento, há um estudo falando que você podia comprar esse valor que não ia ter aperto financeiro para o Instituto. A palavra é passada ao Fábio que pergunta ao Douglas se o semestral depois de 2030 seria só em 2040. Douglas diz que não, em 2035 também, focou bastante no 30. Fábio diz deu uma pesquisada e o mais próximo começaria em 2026, pergunta ao Douglas o que ele acha de colocar uma parte de 2026 sem o juro semestral e o restante no até 2030 com a taxa que o Douglas falou. Douglas diz que é isso 30, 40, 55 e já saiu o primeiro leilão de 60. Sandra pergunta ao Fábio que justificaria isso, na sua visão, os que têm os juros semestrais é uma rentabilidade mais adequada, mais apropriada. Por que deixariam de comprar 2030 para comprar 2026 e perder os juros semestrais. Fábio diz que pensa mais na liquidez e nos próximos títulos que estão para vencer. Douglas diz que depende do mix. Estão vendo que a curva da ANBIMA está pagando mais a curto prazo do que a longo. Se de repente, por exemplo, abrir IPCA + 6% para 2026, porque não. Diz que por isso pediram até 2030, dentro da regra de 5,5% vão tentar no máximo até 2030, não vão passar de 2030 porque a nossa ALM não garantiu o casamento de fluxo para fazerem frente a todos os benefícios pela quantidade. Por isso é até 2030 e travaram na taxa, quanto mais longe a gente conseguir, melhor. Mas só se surgir uma oportunidade muito excelente. A palavra é passada à Nara, diz que queria entender a opção. Diz que o Douglas citou aquelas 2 fontes de recursos, pergunta quais os motivos dessas fontes, se é questão de rentabilidade, vencimento próximo, não estavam rendendo o esperado. Douglas diz que são os que tiveram pior rendimento em 2021. Caixa Gestão Estratégia foi de -0,10% e Alocação terminou com -0,4%. Diz que o parâmetro foi esse, a justificativa foi a rentabilidade que não foi boa e a gente deve continuar a ter essa oscilação de taxa de juros; os demais fundos responderam bem, foram melhores na composição da carteira do que esses 2 fundos. A palavra é passada ao Idu, pergunta ao Douglas se ele está sugerindo que seja cadastrada a XP Investimentos para terem o contato com ela. Douglas diz que não, seria só a operação dos títulos, não precisaríamos cadastrar eles porque tudo é via Selic e explica como é a operação. Diz que perceberam, no mercado, que a XP é formadora de preço, tem mostrado um preço bastante competitivo, quanto mais taxa, melhor pro Instituto. Idu pergunta se é o Banco do Brasil o custodiante da XP. Douglas diz que não. O Banco do Brasil é o custodiante do Instituto, eles que vão conferir as informações e, via sistema Selic, pega os títulos e manda o dinheiro, ele é quem administra toda a operação pra gente. A palavra é passada ao André, que ratifica o que foi falado no geral. Diz que o custodiante do Instituto



é o Banco do Brasil que é quem vai auditar toda a operação. Diz que as compras, sempre, vão respeitar, depois de toda a discussão, a disponibilidade financeira. Para ficar claro, diz que não podem pegar um recurso, que embora tenham em caixa, e aplicar a longo prazo se precisarem resgatar esse dinheiro a curto prazo porque vão estar abrindo mão de rentabilidade. Por isso que fazem o ALM, faz as curvas que o Douglas demonstrou, avalia o montante de aplicação para ter segurança, aplicando de R\$ 100 a R\$ 200 mi e não R\$ 500 mi de uma vez e, por isso, com marcos temporais diferentes que, claro, também representam taxas de juros diferentes. Diz que o que não o agradaria, por exemplo, por mais que demonstre no ALM, seria o resgate antecipado dos nossos títulos com vencimento para 2024, acha que não precisamos dispor desses recursos, abrindo mão da rentabilidade para pegar esses recursos e reinvestir em títulos públicos. Acha que o investimento maior em título público é o que precisam buscar e não trocar um pelo outro, mas sim investir o máximo que puderem em título público com boa rentabilidade, sempre focando acima da meta atuarial. Douglas adiciona que a sugestão é de até 2030, acima de 5,5%, ficando aberto para qualquer valor acima da meta atuarial. Sandra diz que receberam um parecer do comitê de investimentos orientando dizendo que esses valores, com esses prazos, com o IPCA + 5,5%, até R\$ 200 mi, há um estudo pra isso. Teve uma análise de mercado, de possibilidades, todo um trabalho de pesquisa, todo um empenho do comitê de investimentos. Acha que a sugestão pode vir, desde que venha muito embasada porque possuem um embasamento claro realizado pelo comitê de investimentos quando vem uma proposta. Rebate a fala do Douglas porque não dá pra serem indeciso e aceitarem uma sugestão com a taxa menor a que foi apresentada pelo comitê, houve um embasamento técnico. Douglas explica que a ideia da fala é que não se trata de uma sugestão fixa, se houver uma contraproposta o conselho pode fazer. O sentimento é que essa taxa é perfeita, mas é até R\$ 200 mi, até 2030, a taxa sugerida é acima de 5,5%, mas não é algo fechado. Sandra diz que para alterarem o que foi apresentado, precisam de um estudo e uma análise, não “talvez”, “por isso” ou “por aquilo”. A contraproposta tem que vir alimentada de informações como a inicial, os conselheiros podem trazer uma contraproposta, mas deve embasá-la. Idu diz que concorda, mas o comitê também não irá acatar a sugestão que acham que é boa, irão analisar também e fazer comparações. Idu diz que agora encontraram um caminho bom, que traz segurança nos nossos investimentos, sem aventurar muito e quando investiram para um determinado ano, devem continuar até lá. Acha que não devem ficar pulando de “galho em galho”, devem tirar no vencimento mesmo. Sandra pergunta se algum conselheiro quer fazer uma contraproposta, conselheiros sinalizam que não. Sandra pergunta se estão de acordo com a proposta apresentada pelo comitê de investimentos, conselheiros sinalizam que sim. Edson diz que o que a Sandra colocou foi que o Douglas deixou em aberto e ele também é da opinião de que: uma vez que o comitê trouxe a sugestão, ele trabalhou amplamente sobre essa situação, então a sua posição é pelo documento trazido ao conselho. Sandra coloca a proposta de investimento de até R\$ 200 mi em títulos públicos, pagando, no mínimo, IPCA + 5,5% com validade até 2030, tendo no layout cupons semestrais. Edson diz que sobre a questão da XP a Sandra não comentou. Sandra diz que a XP foi só um balizador de parâmetro. Sirlene diz que no material a sugestão não a XP ser apenas um balizador, a sugestão é da inclusão de cotação também na XP, pergunta se é para votar nessa inclusão também na parte integrante do grupo de bancos que já existem. Douglas diz que isso, a XP vai participar da disputa de preços, não está garantido fecharem a compra com eles. Douglas diz que é no sentido de balizar preço, se o deles for melhor fecham, se não, for vai ser com o que ofertou o melhor preço pra gente. Conselheiros aprovam com unanimidade a aplicação dos valores em títulos públicos conforme a sugestão apresentada. Sandra ressalta que todas as aprovações do dia 24 de janeiro não contam com o voto da conselheira Eliete que não está participando da reunião por estar de atestado médico. Quando diz “por unanimidade”, refere-se dos presentes em reunião.

Item 06. Assuntos diversos - Fábio diz que a conexão com o Youtube foi perdida entre 01:06h e 01:15h. Vai analisar o vídeo no final para subir o vídeo inteiro. Nara pergunta como está a visualização no Youtube. Fábio diz que hoje chegou a ter 4 pessoas assistindo, mas ficaram 3 ou 4 minutos só e já saíram. Diz que mandou no grupo, na sexta-feira, que saiu no semanário a Comissão da Previdência Complementar e conforme o andamento irá passando aos conselheiros.

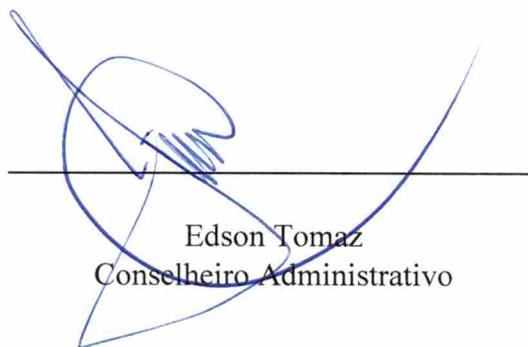
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos desejando um excelente final de ano e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 19:32h.

Paulínia, 24 de janeiro de 2022.



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



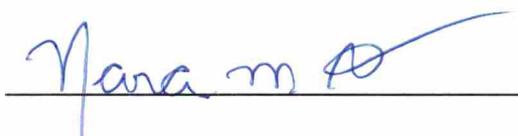
Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



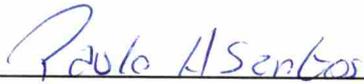
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa

AUSENTE

Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa